

FOLHAS NOVAS: factos e razões – Lançado em Coimbra, em **Novembro de 1909**, este mensário é, talvez, um dos raros exemplos do esforço de **propaganda laicista** especificamente orientada «**Para a Gente do Campo**», como consta logo abaixo do cabeçalho, em caixa alta e sublinhada.

A estratégia editorial desenvolvida pelas *Folhas Novas* para difundir o programa do movimento junto das comunidades rurais – universo marcado pelo isolamento, o analfabetismo e uma forte religiosidade – é certamente uma das facetas mais interessantes da publicação.

O aparecimento do jornal, para mais em Coimbra, é também expressão da força crescente que aquele ideário vinha adquirindo desde finais do século XIX, por força do seu entrosamento com outras forças político-ideológicas que contestavam o poder monárquico e mesmo o sistema capitalista.

A este propósito, recorde-se a manifestação anticlerical de 2 de Agosto de 1909. Organizada em Lisboa, pela Junta Liberal, a iniciativa recolheu apoios muito diversos, nomeadamente da Associação Promotora do Registo Civil, do Grande Oriente Lusitano Unido, da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, associações populares e grupos republicanos e socialistas.

Além de uma demonstração de força, a iniciativa tinha por objectivo último a entrega de um caderno reivindicativo que, no cômputo geral, sintetizava os principais objectivos do movimento laico, tais como:

- a instituição do registo civil obrigatório, assegurado por funcionários do Estado;
- a abolição do juramento religioso e político;
- a promulgação da Lei do Divórcio;
- a revogação do Decreto-lei de 18 de Abril de 1901 (que veio autorizar o estabelecimento de casa religiosas que se dedicassem à instrução, à beneficência ou à propaganda da fé e civilização no Ultramar, contrariando legislação anterior de natureza anticongracionista);
- a revogação do Decreto de 24 de Dezembro de 1901 (sobre a reforma da Universidade) e da Lei de 21 de Julho de 1899 (sobre o clero romano);
- o restabelecimento das leis liberais de marquês de Pombal, Joaquim António de Aguiar, José da Silva Carvalho e Anselmo Braancamp (expulsão dos Jesuítas; abolição da profissão de frade; dissolução das ordens religiosas; expulsão das Irmãs da Caridade; secularização dos cemitérios; revogação da lei episcopal, que obrigava ao pagamento de serviços religiosos etc.).

Segundo a imprensa da época a maioria dos estabelecimentos comerciais da capital não abriu da parte da tarde, muitas unidades fabris não laboraram e pela Avenida D. Amélia teriam desfilado o número assombroso de 100.000 manifestantes!¹

O sucesso alcançado pela manifestação não deixa espaço para dúvidas: em Lisboa, o anticlericalismo era uma causa mobilizadora de amplas fasquias da população. Mas entre as populações rurais os níveis de adesão eram

¹ CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). **Análise Social**. Lisboa: I.S.C.E.F.. ISSN 0003-2573. Vol. XXIV (100), 1988 (1.º), p. 211-273.

certamente menores. Havia pois que orientar esforços para esse universo, sob pena de a mudança de mentalidades que o movimento laico preconizava ficar circunscrita ao espaço urbano e, sobretudo, à classe proletarizada.

É pois no contexto que atrás se procurou sintetizar que deverá ser entendido o aparecimento das *Folhas Novas*. Como é comum, a publicação apresenta-se através de um editorial publicado no primeiro número: «O plano d'estas *folhas* nasceu d'um grupo de homens de acção, que determinaram pôr por obra os seus ideaes, fazendo-os circular por toda a parte, sobretudo entre a gente do campo, onde a verdade é, quasi sempre, aquillo que o padre quer.»² O adversário do laicista surge identificado sem sofismas: o clero, sobretudo o regular, pela sua proximidade com as famílias e, conseqüentemente, a sua capacidade de influenciar o modo como interpretavam a realidade e orientavam o seu viver.

Quanto aos dinamizadores das *Folhas Novas*, o único que “dá a cara” é **Floro Henriques**³, que no primeiro número está referenciado como «Editor e

² Cf. [Editorial]. **Folhas Novas**. Coimbra: Floro Henriques. N.º 1, Novembro 1909, p. 1.

³ Não se encontrou muita informação sobre esta figura. O que fica aqui registado são algumas notas dispersas. De acordo com o que foi publicado pelo *Anuário Comercial e Industrial de Coimbra e Beiras* de 1930-31, tendo como fonte o Recenseamento Eleitoral, Floro Henrique teria à data 50 anos; era casado; proprietário; e residia na Freguesia de S. Bartolomeu, na Praça do Comércio. Admitindo a veracidade e a correcção desta informação, Floro Henrique nascera no ano de 1880. De outras edições locais, retirou-se informação da sua ligação à Maçonaria, mais concretamente à Loja de Portugal, sedeadada em Coimbra. Consta que foi um importante maçom, apresentando-se referenciado como conferencista no Congresso Nacional Maçónico de 1913, e como membro do executivo do Congresso da Maçonaria Nacional que teve lugar no Porto, no ano seguinte. Segundo informação recolhida no *site* da Câmara Municipal de Coimbra, foi vereador no ano de 1913. Naquele mesmo ano, era também Comissário da Policia daquela cidade, funções que não o faziam figura grata da Academia de Coimbra. Dessa relação atribulada, ficou célebre a história do estudante que furtou o boné do comandante da GNR que almoçava com Floro Rodrigues. A Academia encarregou-se de difundir a história, estimulando a troça dos estudantes. O episódio ficou mesmo fixado na *Canção do Boné*:

*O tal tenente da guarda
Nem já pensa no banzé
Anda a ver se deita a garra
Ao larápio do boné.*

*Ó Floro, ó comissário,
Não sejas tão inclemente,
Entrega o boné roubado
Ao desgraçado tenente.*

Durante muitos anos, os estudantes comemoraram, a 27 de Maio, o roubo do boné ao tenente. Durante décadas, esta data coincidiu com o dia do cortejo da Queima das Fitas. Ainda sobre a sua participação na vida da Cidade de Coimbra refira-se a sua colaboração com a imprensa local, nomeadamente com o *Coimbra Pitoresca* (1910-11), *A Tribuna. Semanário republicano* (1910-13), e o *12 de Outubro de 1918* (1919). Por ultimo, e acrescentando mais uma nota de ironia, Floro Henrique encontra-se entre os fundadores da Universidade Livre de Coimbra, criada em 1925, entre os quais figuram: Joaquim de Carvalho, Aurélio Quintanilha, Manuel Reis, Almeida Costa, Tomás da Fonseca, Álvaro Viana de Lemos, António de Sousa e Adolfo de Freitas. Fundada em 1925, modelada por valores republicanos e laicos, a instituição seria extinta em 1933, com a implantação Estado Novo.

proprietário». Nos números seguintes, assume também a função de «director». Um estudo sobre a imprensa de Coimbra, editado em 1931, aponta Tomás da Fonseca como director da publicação, mas a ser verdade, pouco tempo se manteve nessa função. Como não existem artigos assinados, podemos admitir que o «grupo» inicial (Floro Henriques e Tomás da Fonseca) se desfez e que as *Folhas Novas* passaram a depender, fundamentalmente, do esforço e da verve de um só homem. Situação que não era de todo inédita naquela época que entendia a participação cívica como um dever.

Convencer o «**Zé da enxada**» a assumir o controlo da sua vida é o propósito anunciado e perseguido pelas *Folhas Novas*: «A vida livre, o futuro risonho, a saúde do corpo, a paz do lar, todo esse bem por vir, que os padres e os políticos andam de continuo a prometer-te sem que jamais o vejas realizado, não o esperes d'elles; não o esperes de fora, porque só pode vir de ti próprio».⁴ Ao longo de seis números⁵, a publicação encarregar-se-á de desmascarar o que, para o movimento laicista, constituíam os abusos praticados pela Igreja, as contradições que minavam a sua acção e fundamentos, bem como as armas e as estratégias que accionava com o único fim de subjugar o homem e manter o seu poder inalterável: sobretudo, o controlo da família, por via da confissão e de actos fundamentais como o baptismo, o casamento e a morte, e o controlo do conhecimento e do ensino.

Para adaptar o seu discurso ao público destinatário, em regra, **estas matérias são abordadas sob a forma de diálogos**, emoldurados em cenas do quotidiano, e protagonizados por duas personagens: uma, representando a “consciência laica”, e outra que toma o papel do homem do povo. A análise parte de situações concretas centradas na relação com o padre da aldeia, como naquele caso em que, durante a ceia de natal, a família comenta a questão dos emolumentos exigidos pela Igreja para autorizar o casamento entre primos afastados, extraindo dessas histórias as vantagens do casamento civil, testemunhos dos interesses que subjazem aos serviços religiosos e da imoralidade dos padres:

«E João espetando um torresmo com o garfo, perguntou admirado:

– Mas porque diabo temem elles, assim, o casamento civil?

– É muito simples. Quem se casa civilmente, dá o dinheiro das dispensas e proclames ao Estado e empregados respectivos, o que não sucede indo casar-se à Igreja. Quando alguém se casa pela Igreja, paga umas poucas de maquias. É a licença, é a bula, os proclames, a confissão, a missa do casamento, o toque dos sinos e por fim um pipo de vinho e um cêsto de bolos que tem de se repetir como as confissões, ao menos uma vez em cada ano. E isso rende. Depois a mulher fica sempre dependente do padre pelos seus segredos que elle apanhou na confissão.»

⁴ Cf. [Editorial]. **Folhas Novas**. Coimbra: Floro Henriques. N.º 1, Novembro 1909, p. 1.

⁵ Os exemplares disponíveis na Hemeroteca Digital, obtidos a partir de originais da colecção de Emílio Ricon Peres, não está completa, faltando-lhe o último número, o sexto. De acordo com informação que consta numa edição da Biblioteca Municipal de Coimbra, de 1931, *Jornais e Revistas de Coimbra. Tentativa de Dicionário. Resenha Cronológica. Bibliografia Jornalística Portuguesa*, esse número foi editado em Setembro de 1910. Assim sendo, *Folhas Novas*, que cumpriu o seu programa mensal ininterruptamente, terá conhecido uma pausa de três meses, entre Junho e Agosto de 1910. Desconhecem-se as razões.

Não obstante a crítica feroz à Igreja, enquanto instituição, e ao padre, nas *Folhas Novas* não se repudia a religião, nem sequer a existência de Deus. Rejeita-se é a necessidade de mediadores, considerando mesmo que a sua existência ofende ou nega a onipresença divina, a sua infinita sabedoria etc.:

« – E dizem elles que quando a gente se confessa, não é a um padre, mas a Deus.

– Alem de cinicos são atheus. Porque só um tratante ou um atheu pôde afirmar semelhante loucura. Como se Deus precisasse que a gente lhe fosse dizer o que pensa quanto mais o que já fez. E são elles que nos chamam herejes!

Herejes, atheus são elles porque rebaixam Deus até á lama.»⁶

Esta argumentação é especialmente desenvolvida para combater a prática da confissão, que o laicista considerava uma armadilha, através da qual a Igreja se apropriava de segredos da família e, por via desta, do próprio Estado, alicerçando assim o seu poder. A mulher, porque mais crente e assídua ao local de culto, é apontada como a principal vítima dos conspiradores, a chave de acesso à família: «Os paes nunca deviam deixar confessar as filhas, nem os maridos as esposas. Fazendo-o comettem um crime. É o mesmo que se dissessem ao padre: «Toma lá, entrego-te essa filha e essa esposa».⁷

E é assim que os padres se julgam autorizados a fazerem tudo o que querem d'ellas. E uma mulher, seja ella quem for, a sós com um padre, na sombra d' um confessionário, longe dos ouvidos e das vistas de todo o mundo, é uma mulher perdida: e se não cái é porque o padre não quer. Porque essa creatura está ao alcance da sua mão e da sua astúcia.»⁸

Na simplicidade das formulações, coloridas com algum dramatismo, no vocabulário pitoresco, nas citações dos Santos, cujo sentido se presta ao fim da publicação, revelam-se outras soluções engendradas para adaptar a complexidade das matérias tratadas à sensibilidade e iliteracia do público destinatário.

Como já aqui foi referido, as *Folhas Novas* conheceram uma existência meteórica: seis números, mensais, publicados entre Novembro de 1909 e Setembro de 1910. Física e graficamente poder-se-á considerar uma publicação pobre, com as suas 4 páginas, destituídas de elementos gráficos. Também não apresenta secções. Cada número desenvolve-se à volta de um ou dois temas:

N.º 1 - Francisco Ferrer, o anarquista catalão, executado a 13 de Outubro e o baptismo civil;

N.º 2 - A posição da Igreja face à Liberdade, à ciência e ao progresso civilizacional, sublinhando a sua natureza retrógrada, oportunista e manipuladora.

N.º 3 – O casamento civil e a liberdade de consciência;

N.º 4 – A confissão e o celibato;

⁶ Cf. Uma ceia de Natal. **Folhas Novas**. Coimbra: Floro Henriques. N.º 3, Janeiro de 1910, p. 3.

⁷ Cf. A Confissão. **Folhas Novas**. Coimbra: Floro Henriques. N.º 4, Fevereiro de 1910, p. 1-2.

⁸ Cf. *Ibidem*, p. 2.

N.º 5 – A verdadeira religiosidade a pretexto do centenário do nascimento de Alexandre Herculano.

A publicação não dá qualquer informação sobre as tiragens e o preço que pratica. Considerando, por um lado, que se destinava a um público marcado pela pobreza e que não possuía hábitos de leitura e, por outro lado, que era guiada por objectivos de propaganda doutrinária, é legítimo supor que as *Folhas Novas* tivessem distribuição gratuita e muito limitada. A administração e a redacção tinham sede em Coimbra. A empresa tipográfica que o produzia não é identificada, mas tudo indica que estava localizada no mesmo concelho.

Rita Correia
(19/03/2010)

Bibliografia:

CATROGA, Fernando – O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). **Análise Social**. Lisboa: I.S.C.E.F.. ISSN 0003-2573. Vol. XXIV (100), 1988 (1.º), p. 211-273.

LAMY, Alberto Sousa - **A Academia de Coimbra: 1573-1990**. Lisboa: Rei dos Livros, 1990.

NUNES, António Manuel - O Estatuto da Universidade Livre de Coimbra (1925-1933). **A Guitarra de Coimbra** [blogspot em linha], Fev. 2007, [consult. 22/03/2010], Disponível em <http://guitarradecoimbra.blogspot.com/2007/02/o-estatuto-da-universidade-livre-de.html>.

RODRIGUES, Jorge Amado – Coimbra 1930. **Genealogia e História da Família** [blogspot em linha], s.d., [consult. 22/03/2010], disponível em <http://jamador.6te.net/list/list.html>.

Jornais e Revistas de Coimbra. Tentativa de Dicionário. Resenha Cronológica. Bibliografia Jornalística Portuguesa. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1931.

Agradecimentos: Quero deixar registado o meu agradecimento ao Dr. Jorge Cravo, da Biblioteca Municipal de Coimbra, e à Dra. Paula França, do Arquivo Municipal de Coimbra, pela informação que me enviaram sobre Floro Henriques, permitindo-me redigir a apontamento biográfico que é aqui apresentado.